



Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2019.

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Sra. Ana Lucia da Costa Pereira

Superintendência de Listagem e Supervisão de Emissores

c.c.: **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**

Sr. Fernando Soares Vieira – Superintendência de Relações com Empresas

Sr. Francisco José Bastos Santos – Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários

Ref.: Ofício B3 1.101/2019-SLS

Prezados Senhores,

Em atenção ao Ofício B3 1.101/2019-SLS, de 11/12/2019, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), transcrito abaixo, por meio do qual são solicitados à **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Oi” ou “Companhia”) esclarecimentos a respeito de notícia veiculada na imprensa pelo jornal O Estado de São Paulo, em 11/12/2019, sob o título “Lava Jato apura contratos da Oi com filho de Lula”, a Companhia vem expor o que segue:

“*Prezados Senhores,*

Em notícia veiculada pelo jornal O Estado de São Paulo, em 11/12/2019, sob o título “Lava Jato apura contratos da Oi com filho de Lula, constam, entre outras informações, que:

- 1. Em sua 69ª fase, a Lava Jato investiga contratos da Oi/Telemar e da Vivo Telefônica com empresas controladas por Fábio Luís Lula da Silva, filho mais velho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva;*
- 2. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), firmas de Fábio Luís receberam R\$ 132 milhões entre 2004 e 2018 sem comprovar que prestaram serviços. Em troca dos repasses, as operadoras de telefonia teriam sido beneficiadas pelo governo do petista;*
- 3. Ainda de acordo com os investigadores, parte do dinheiro teria sido utilizada por sócios de Fábio Luís para comprar o sítio de Atibaia, que rendeu uma condenação a Lula.*

Solicitamos esclarecimentos sobre os itens assinalados, até às 09h de 12/12/2019, com a sua confirmação ou não, bem como outras informações consideradas importantes.”



A esse respeito, a Oi esclarece que divulgou, no próprio dia 10 de dezembro, nota a respeito da operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal na sede administrativa da Companhia naquele dia, nos termos adiante transcritos:

“Comunicado da Oi - 10.12.2019

Companhia tem participado de forma colaborativa, com o envio de todas as informações solicitadas

A Oi esclarece que, no âmbito das definições de seu plano de recuperação judicial, aprovado em Assembleia Geral de Credores em dezembro de 2017, foram estabelecidos novos padrões de governança e composição societária, culminando em uma nova estrutura de administração, com a eleição de um conselho independente e de uma diretoria-executiva responsável pela implementação do plano de RJ. Com a homologação de seu plano pelo Juízo da RJ, esta gestão iniciou um processo de soerguimento da companhia, sob supervisão judicial, seguindo ritos legais e de forma transparente. Nesse contexto, a companhia anunciou ao mercado, no início deste semestre, a implementação de um plano de transformação de seu negócio.

No âmbito de investigações já concluídas ou em curso por diferentes autoridades, a companhia tem participado de forma colaborativa, com o envio de todas as informações solicitadas. A gestão da companhia reitera que não compactua com nenhuma irregularidade e não tem medido esforços para assegurar que quaisquer ações que eventualmente possam ter prejudicado a companhia sejam integralmente apuradas.

Sob o ponto de vista da companhia, é importante ressaltar que os episódios até agora mencionados nas investigações não representaram de fato nenhum benefício ou favorecimento a seus negócios. Ao contrário, a companhia, ao protocolar sua petição com pedido de recuperação judicial, elencou alguns desses episódios – a exemplo da fusão com a Brasil Telecom e operações societárias com a Portugal Telecom – como componentes que levaram à crise de liquidez que justificou esse pedido.

A Oi, também no âmbito de sua transformação de governança e administração, vem adotando e aprimorando uma série de iniciativas e procedimentos internos, que incluem revisão e adequação de contratos, estabelecimento de novas práticas de gestão e adoção de regras estritas de compliance. Nesse contexto, a companhia tem adotado processos de auditorias internas e forenses, com o objetivo de apurar quaisquer irregularidades. Estes processos são fundamentais para a tomada de decisões e medidas corretivas.

A Oi é a principal interessada no total esclarecimento de eventuais atos praticados que possam lhe ter gerado prejuízo e reafirma o compromisso de seguir com seu processo de transformação, mantendo-se em linha com os mais elevados padrões de governança, ética e transparência.”



A Oi esclarece, ainda, que todas as informações que lhe foram requeridas pelas autoridades, como contratos, foram prestadas, cabendo às autoridades competentes a correta e ampla apuração dos fatos, não cabendo a esta Companhia tecer considerações sobre situações citadas na reportagem e sobre as quais não possui qualquer controle ou conhecimento, como supostos atos de terceiros mencionados.

Sendo essas as considerações que tínhamos em relação ao Ofício, colocamo-nos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Camille Loyo Faria

Diretora de Finanças e de Relações com Investidores